

Desindexar é preciso; mas quem pagará o seu preço? *Economia - Brasil*

Luiz Antônio de Oliveira Lima (*)

Um dos artigos de fé dos economistas liberais é que a existência de salários monetários flexíveis seria a condição para libertar o capitalismo dos males do desemprego e da inflação. Assim, segundo eles, salários monetários rígidos ou controlados inibem uma "economia de livre empresa" de atingir uma situação de estabilidade ao longo do tempo. Nessa perspectiva, Milton Friedman, por exemplo, defende a redução da duração do contrato de trabalho a um período de tempo inferior ao período de produção, para combater o processo inflacionário; o que em termos práticos se faria mediante a "indexação" de todos os contratos, inclusive os salários, ao índice de preços corrente. Por exemplo, se os preços estivessem subindo devido a pressões de demanda, os salários monetários se elevariam, desestimulando a contratação de novos empregados, reduzindo a demanda e, em consequência, os preços, ocorrendo o contrário em situação de preços cadentes.

Tal análise, que em um primeiro momento pode soar lógica, tem, no entanto, um grave defeito. Ela elimina o caráter monetário das economias capitalistas, isto é, os contratos não seriam mais feitos em termos monetários, mas sim em termos reais, em termos de relação de trocas entre coisas ou bens produzidos. Com isto, não haveria uma unidade de



analisarmos o processo de formação dos lucros capitalistas, veremos o acerto desta afirmação.

No capitalismo, os lucros correspondem aos gastos da classe dos capitalistas. Se toda a produção da economia fosse comprada pelos assalariados, os lucros seriam no máximo igual a zero, pois a receita das empresas não poderia ser maior que os desembolsos realizados para pagar os assalariados. Assim, para que surjam os lucros, será necessário que as vendas das empresas sejam também financiadas por outras fontes que não os salários pagos no processo produtivo. Ora, este processo de transferência de poder aquisitivo para os capitalistas se dá em geral mediante o mecanismo de preços, que raciona o consumo dos assalariados da seguinte maneira: suponha que o total de salários monetários pagos em um período produtivo seja \$ 100; se apenas os trabalhadores

consumissem, a receita das vendas dos capitalistas seria \$ 100. No entanto, se os capitalistas obtivessem crédito para comprar parte da produção, a demanda por essa produção seria em termos monetários maior que \$ 100, de tal modo que os preços se elevariam, fazendo com que a receita das empresas passasse a ser maior que \$ 100, sendo que a diferença passaria a ser os lucros dos capitalistas. Tal implicaria uma queda no salário real dos trabalhadores, caso os seus salários monetários permanecessem constantes.

Consideremos agora uma situação diferente, embora extrema. Se os salários fossem perfeitamente indexados e, a cada elevação de preços, se elevassem na mesma proporção, digamos que no fim do período a soma dos salários fosse igual a \$ 120, os lucros dos capitalistas seriam nulos, isto é, o salário real dos trabalhadores não teria

caído em relação ao início do período; o que levaria a um novo "round" de elevação de preços em função de uma demanda dos capitalistas financiada por crédito em expansão.

A partir do modelo acima exposto, parece-nos perfeitamente adequada a proposta de se desindexar a nossa economia, tal como sugerida pelo ex-ministro Gouvêa de Bulhões, pois, desde que tal indexação atingisse tanto os contratos salariais quanto os demais contratos sujeitos a correção monetária, haveria um paradeiro no círculo vicioso descrito no parágrafo anterior e diminuiriam as emissões monetárias, que, ao contrário do que pensa o professor Bulhões, não geram preços mais elevados, mas apenas sancionam custos em elevação. Assim haveria uma tendência tanto a reduzir-se a taxa inflacionária, devido a uma desaceleração dos custos de produção, quanto também,

em função da desindexação de aplicações financeiras como cadernetas de poupança, ORTN, etc., a reduzir-se, em termos reais, a taxa de juros.

Essa proposta, no entanto, está sujeita a uma crítica: em princípio ela envolve um sacrifício da renda dos trabalhadores que estes por seus representantes sindicais estariam dispostos a aceitar, se estivessem certos de que levaria a uma redução do crescimento de preços, a um aumento de rentabilidade da inversão produtiva e a um consequente aumento no emprego. Esta garantia, no entanto, não pode ser dada, pois as empresas produtivas trazem consigo um passivo elevado, devido a compromissos financeiros contraídos no passado e que elas naturalmente deixarão pagar mediante transferência desses encargos para os preços finais. Assim, o grau de liberdade criado por mais

um sacrifício dos assalariados não reverteria em benefício destes, mas apenas das próprias empresas, que poderiam livrar-se de maneira mais suave do fardo que lhes é imposto pelo sistema financeiro.

O próprio governo, que carrega um passivo elevado constituído pelo serviço da dívida pública, ou pelos encargos assumidos em função, por exemplo, das responsabilidades assumidas pelas operações 63, não poderia instantaneamente deixar de pressionar os mercados financeiros e as taxas de juros pela colocação de novos títulos de sua dívida e, portanto, os próprios preços. Diante disto, seria justo, mais uma vez, tentar-se equilibrar a economia à custa de apenas um grupo social, por sinal aquele que mais sofreu, em consequência dos desmandos de nossa política econômica?

(*) Professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

conta a partir da qual os empresários pudessem estipular os seus planos de investimento, contabilizando seus custos, suas receitas e seus lucros futuros. Dai, Keynes ter insistido na existência de contratos de longo prazo especialmente para os salários, para que estes não variassem em períodos inferiores aos períodos de produção. De maneira mais concreta, se